

CENTRAL EÓLICA BORBOREMA III S.A.									
CNPJ/MF nº 47.034.180/0001-96					Demonstrações financeiras - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022				
Balanco Patrimonial - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)					Demonstrações de resultados - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)				
Nota 31/12/2022					Nota 31/12/2022				
ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante					Passivo				
Caixa e equivalente de caixa					Circulante				
7					Fornecedores				
50					Impostos a pagar				
					Total do passivo				
					Patrimônio Líquido				
					Capital social integralizado				
					Prejuízos acumulados				
					Total do patrimônio líquido				
					Total do passivo e patrimônio líquido				
Total do ativo					50				
Notas explicativas das demonstrações financeiras - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)									
O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.									
6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS									
As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes - Alterações à IAS 1: As alterações de escopo restrito à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras esclarecem que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período de relatório. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data de relatório. As alterações também esclarecem o que a IAS 1 significa quando se refere à "liquidação" de um passivo. As alterações podem afetar a classificação de passivos, particularmente para entidades que anteriormente consideravam as intenções da administração para determinar a classificação e para alguns passivos que podem ser convertidos em patrimônio. Devem ser aplicados retrospectivamente de acordo com os requisitos normais da IAS 8 Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção desses novos pronunciamentos.									
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA									
Bancos conta movimento					31/12/2022				
Total					50				
A Companhia mantém seu saldo de bancos conta movimento em conta corrente, devido à alta movimentação financeira durante a construção do parque solar.									
8. FORNECEDORES									
Fornecedores de materiais e equipamentos					31/12/2022				
					12.540				
					12.540				
9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
9.1. Capital social: O Capital social em 31 de dezembro de 2022 totalmente integralizado é de R\$ 50. O capital social é composto de 500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.									
					31/12/2022				
					Nº de títulos				
					%				
Acionistas					500				
EDP Renováveis Brasil S.A					100%				
Total					500				
A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. 9.2. Destinação do lucro: Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou prejuízos acumulados de R\$ 12.731.									
10. DESPESAS OPERACIONAIS									
Despesas gerais e administrativas					31/12/2022				
					(12.731)				
					(12.731)				
11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS									
Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. 11.1. Classificação dos instrumentos financeiros: As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.									
					31/12/2022				
					Nota				
					Categoria				
					Níveis				
Ativos financeiros					31/12/2022				
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa					Custo amortizado				
Total ativo					Nível 1				
					50				
Passivos financeiros									
Circulante									
Fornecedores					Custo amortizado				
Total passivo					Nível 1				
					12.540				
Mensuração a valor justo: A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia.									
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras									
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.									
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras									
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.									
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:									
Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.									
Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria.									